

4

Crescimento, distribuição e tendência à queda da taxa de lucro

Fabrcio José Missio
Daniel Arruda Coronel

O capitalismo logrou um longo período de grande dinamismo econômico no pós-Segunda Guerra Mundial. Esse período foi acompanhado por significativas melhorias no padrão de vida dos trabalhadores (sobretudo nos países desenvolvidos) e, em alguma medida, pela diminui o das desigualdades sociais. No entanto, a partir de meados da década de 1960, as taxas de crescimento dos países capitalistas avançados começaram a declinar.

Assim, a era de prosperidade propiciada pelo capitalismo regulado foi substituída pela estagfla o dos anos 1970. Nesse período, a infla o se acelerou, as políticas macroecon micas perderam sua efetividade e a teoria econ mica de inspira o keynesiana começou a ser questionada. Por um lado, surgia o monetarismo como nova alternativa teórica, propondo a desregulamenta o dos mercados e o controle da infla o por meio do equilíbrio das contas públicas e do controle da oferta monetária. Por outro, num cenário de fim da prosperidade, do aumento do desemprego e da infla o, a intensifica o da luta de classe estimulava a crítica ao capitalismo, com o concomitante ressurgimento de interesse pela obra de Marx.

O retorno a Marx, nos anos 1970, centrou-se na consistência lógica da teoria do valor-trabalho e, dentre as discussões, a "lei da tendência declinante da taxa de lucro" foi tema que se destacou. A referida tendência   um dos argumentos utilizados para prever a derrocada do sistema capitalista. Seguindo os clássicos, Marx sustentava a necessidade de a taxa média de lucro se sustentar acima de um mínimo (impossível de

se determinar precisamente), sem o qual não haveria acumulação de capital. Portanto, uma vez demonstrado que a taxa de lucro apresenta tendência declinante, demonstra-se a tese mais geral sobre o colapso do sistema capitalista.¹

Na literatura publicada internacionalmente, destacam-se o trabalho de Okishio (1961) e o debate entre Sweezy (1987) e Cogoy (1987), entre outros.² Quanto à literatura publicada no Brasil, destacam-se Mantega (1976), Bovo (1982) e Bresser-Pereira (1986).³

Bresser-Pereira (1986, p. 26) admite a possibilidade de existência dessa tendência, sendo que “a mesma confunde-se com a própria superação histórica do sistema capitalista”. Contudo, para o autor,

É preciso, entretanto, entender essa lei ou essa tendência não como um instrumento de previsão da próxima crise do sistema capitalista, não como uma tendência necessária e sempre iminente e, sim, como uma tendência dinâmica constantemente paralisada em sua ação por contratendências marcadas por forças contraditórias, que Marx inclusive listou e analisou. Essa lei seria, assim, a própria expressão da dinâmica do processo de acumulação capitalista e do caráter dialético de que ele se reveste. (BRESSER-PEREIRA, 1986, p. 26).

O desenvolvimento econômico capitalista é, portanto, a forma pela qual esse sistema supera continuamente a tendência declinante da taxa de lucro (contratendências). Ademais, cumpre observar que a constante pressão sobre o desenvolvimento das forças produtivas transforma a referida taxa em fator determinante do processo histórico.

Assim, ao ser caracterizada intrinsecamente pelo processo de acumulação de capital e pelo progresso técnico, a dinâmica do modo de produção capitalista passa a depender de como essas variáveis fundamentais se comportam ao longo do tempo. Nesse contexto, a análise de Bresser-Pereira (1986), ao incorporar originalmente o progresso técnico poupador de capital à análise da dinâmica dessas variáveis, em

1 A tendência à redução da taxa de lucro no curto prazo também explicaria o ciclo econômico, dada sua reversão no auge do referido ciclo.

2 Já com referência às controvérsias da atualidade, pode-se apontar como marcante a polêmica implícita entre Foster e Magdoff (2009) e Kliman (2012) sobre a correta interpretação das raízes da terceira grande crise do capitalismo, denominada usualmente de Grande Recessão, despertada em 2008 (PRADO, 2014).

3 Bresser analisa, no capítulo IV de *Lucro, Acumulação e Crise* (1986), o “teorema de Okishio”. Segundo ele, Marx teria se enganado ao argumentar que o aumento da produtividade do trabalho resultante da introdução de inovações técnicas que economizam o fator trabalho reduz a taxa geral de lucro. O teorema de Okishio demonstraria que isso não era verdade, uma vez que aumentos de produtividade, nas condições especificadas por Marx, elevariam (ou manteriam constante) a taxa de lucro de equilíbrio.

um contexto onde o quadro historicamente contingente é considerado, torna-se fundamental à compreensão das etapas do processo de desenvolvimento capitalista.

Segundo Araújo (1994), o principal objetivo do livro do Bresser é mostrar por que a lei da tendência declinante da taxa de lucro não vem sendo confirmada, sobretudo nas últimas décadas desse século. Para tanto, no referido livro, o autor, a partir de uma perspectiva histórica, realiza um exame exaustivo dos diversos tipos de progresso técnico ao longo do tempo e suas consequências sobre a distribuição de renda e sobre o nível da taxa geral de lucros.

Assim, a obra contém originalidade no método de análise, já que combina elementos *teóricos* com a constante e explícita utilização de elementos da *evolução histórica* de países que concluíram um processo de revolução industrial no século XIX⁴ e também originalidade no que se refere a aspectos relacionados ao conteúdo das ideias, porque a análise propõe a endogeneidade da taxa de salário, rompendo com a tradição clássico-marxista (CUNHA, 2004).

A endogeneidade implica, ao contrário do padrão tradicional de análise, fixação da taxa de lucros e determinação da taxa de salários como resíduo. Tal inversão é justificada a partir de uma visão sobre a dinâmica capitalista que enfatiza sua própria preservação ao invés da “reprodução do proletariado como classe” (CUNHA, 2004, p. 608).

O nível da taxa de lucro, nessa abordagem, passa a ser estabelecido pelos capitalistas em função daquilo que eles consideram como satisfatório. Para tanto, as instituições capitalistas não se limitariam a garantir a propriedade e os contratos, mas desempenhariam toda uma série de funções para garantir o progresso técnico e o desenvolvimento do capital humano, amenizando as crises próprias do ciclo econômico para que um misto de competição e monopólio garanta a eficiência dos mercados e o incentivo à inovação (BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 15).

Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é retomar os principais pontos da análise de Bresser-Pereira (1986) sobre crescimento, distribuição funcional da renda e tendência à queda da taxa de lucro.⁵ O procedimento analítico adotado será o de partir da caracterização dos

4 Essa abordagem contrasta com o método de análise seguido, por exemplo, por Harrod (1939) e Solow (1956), onde os elementos históricos/empíricos constituem exclusivamente o ponto de partida de uma análise teórica pura na medida em que são os fatos “estilizados” relevantes (CUNHA, 2004).

5 Não serão retomados aqui fenômenos como o imperialismo, a oligopolização, a formação de uma tecnoburocracia e a transformação da classe capitalista em rentista, entre outros, que também estão presentes na obra.

fenômenos específicos (tipos de progresso técnico) que permitem identificar por que a lei da tendência declinante da taxa de lucro de Marx não vem sendo confirmada para, em seguida, identificar seus desdobramentos e implicações, em seus tempos respectivos, sobre a dimensão distributiva e do crescimento. Para tanto, o presente capítulo compreende a apresentação e a caracterização geral do modelo histórico de desenvolvimento, distribuição e progresso técnico com a inversão do modelo clássico de distribuição, que está em *Lucro, Acumulação e Crise* (1986), uma das principais contribuições de Bresser-Pereira para o desenvolvimento do pensamento heterodoxo.

Assim, procura-se estabelecer e enriquecer as amarrações que auxiliam a compreensão da abordagem proposta. Ademais, o objetivo não é recuperar as controvérsias sobre o tema, ou mesmo sobre os desenvolvimentos propostos pelo autor, para lançar, eventualmente, uma luz nova sobre elas, mas, sim, resgatar e destacar a originalidade e a atualidade da abordagem.

Marco conceitual: a tendência declinante da taxa de lucro reexaminada

No capítulo 2 de *Lucro, acumulação e crise*, Bresser-Pereira (1986) reexamina a hipótese da tendência declinante da taxa de lucro de forma a mostrar sua possibilidade lógica, ainda que esta possibilidade deva ser refutada na medida em que está baseada na hipótese do necessário declínio da relação produto-capital.

Para demonstrar o exposto, Bresser parte das definições básicas de Marx,⁶ relativas à taxa de mais-valia (m), à composição orgânica do capital (c) e à taxa de lucro (r), sendo as mesmas definidas como nas Equações (1)-(3), respectivamente,

$$(1) \quad m = \frac{R}{W}; \quad (2) \quad c = \frac{K}{W}; \quad (3) \quad r = \frac{R}{K+W}.$$

em que R = valor dos lucros; W = salários e K = valor do capital.

A Equação (1) mostra que, se a taxa de salários é constante ao nível do custo da reprodução da mão de obra, a taxa de mais-valia depende da quantidade de trabalho abstrato necessário para a reprodução dos

6 Embora bem conhecidas, retomar essas relações facilita a análise empreendida nas seções seguintes deste livro.

trabalhadores. Contudo, se a taxa de salários sobe acima desse patamar, m passa a depender também do poder de barganha dos trabalhadores (que determina a elevação dos salários). A composição orgânica do capital (Equação 2) é definida pela relação entre o “trabalho morto” (máquinas, matérias-primas etc.) e o “trabalho vivo” (força de trabalho), ou seja, a relação do capital constante, K , com o capital variável ou total de salários, W , sendo as duas variáveis mensuradas em termos de fluxo. Por fim, a Equação (3) define a taxa de lucro como a razão entre o total de mais-valia⁷ com o capital total, este sendo constituído pela soma do capital constante com capital variável.

Para os economistas clássicos e para Marx, a taxa de lucro é a variável estratégica do sistema capitalista, uma vez que dela depende a acumulação de capital. A compreensão de como ela evolui ao longo do tempo torna-se, então, fundamental. Dividindo-se ambos os termos da Equação (3) por W , tem-se:

$$r = \frac{R}{K+W} = \frac{\frac{R}{W}}{\frac{K}{W}+1} = \frac{m}{c+1} \quad (4)$$

A Equação (4) mostra que o comportamento da taxa de lucro depende de quais são as tendências em longo prazo de c e de m . No curto prazo, m naturalmente variará. Em longo prazo, entretanto, a taxa de mais-valia seria o resultado de uma série de forças contraditórias, que, afinal, determinariam para ela uma tendência estável ou ligeiramente crescente. Sua elevação seria sempre limitada pelo custo de reprodução da mão de obra. Além disso, embora possa crescer no longo prazo, sua evolução seria sempre menor do que a evolução da composição orgânica do capital.

Por outro lado, existe uma tendência crescente da composição orgânica do capital. Isto porque o modo de produção capitalista, ao se desenvolver, decresce relativamente o capital variável comparado com o capital constante e, por consequência, com todo o capital posto em movimento. Nesse sentido, Marx (1980, p. 243) afirma que “esse gradual decréscimo relativo que o capital variável experimenta, confrontado com o constante e, portanto com todo o capital, identifica-se com a ascensão progressiva da composição orgânica do capital social médio”.

⁷ Ver Equação 4.

Ou seja, o resultado do processo de acumulação de capital é o aumento da composição orgânica do capital.⁸

Assim, na medida em que c cresce ao mesmo tempo em que m permanece constante (ou cresce mais lentamente), a taxa de lucro tenderá necessariamente a cair (Equação 4). Ressalta-se que uma eventual tendência crescente da taxa de mais-valia não poderá jamais compensar a tendência também crescente da composição orgânica do capital.

Isso pode ser demonstrado logicamente. Para tanto, utilizando a relação capital-produto, $\frac{K+W}{R+W} = \frac{K+W}{Y}$, é possível observar que seu inverso (a relação produto-capital) constitui-se em um limite máximo para a taxa de lucro:

$$\frac{R}{K+W} < \frac{R+W}{K+W} \quad (5)$$

Na Equação (5), se as variações da relação capital-produto são proporcionais às variações da composição orgânica do capital (que é crescente), a relação produto-capital será necessariamente declinante, e a taxa de lucro, que deve ser inferior, também será declinante.⁹

A análise anterior depende de duas hipóteses: i) que a relação produto-capital seja proporcional à composição orgânica do capital; e ii) que a relação produto-capital ou W / K seja necessariamente declinante. A primeira hipótese é razoavelmente aceitável, admitido que historicamente a participação dos trabalhadores na renda tende a se manter constante.¹⁰ Contudo, a segunda hipótese não pode ser aceita tão facilmente, uma vez que dependerá do tipo de progresso técnico. Assim, muito mais do que o debate sobre a possibilidade lógica da existência da tendência declinante da taxa de lucro, Bresser-Pereira (1986) defende que é necessário verificar, empiricamente, através da história, o comportamento das variáveis c e m . Nesse contexto, nada assegura que a relação produto-capital seja decrescente.

8 Marx acaba estabelecendo uma estreita correlação entre a composição orgânica e a composição técnica do capital, na medida em que supõe uma taxa de salários constante. É esta estratégia que lhe permite identificar o processo de mecanização, de caráter técnico, com o crescimento de uma variável econômica como é a composição orgânica do capital. Considerando $W = \dot{w} \cdot L$, é fácil verificar a proporcionalidade entre $K/L : K / (\dot{w} \cdot L)$.

9 A relação produto-capital será sempre maior do que a taxa de lucro, a não ser no caso limite em que W é igual a zero.

10 Considerando-se a participação constante dos trabalhadores na renda, W / Y , então a relação produto-capital será proporcional à composição orgânica do capital multiplicada pela participação dos salários na renda, ou seja, $Y / K + W$ é proporcional a $(K + W) / W \cdot (W / Y)$.

Os tipos de progresso técnico: a contribuição de Bresser (I)

A originalidade da análise do autor está em associar historicamente tipos de progresso técnico com fases da evolução capitalista, partindo da hipótese de que o progresso técnico que caracteriza o capitalismo em sua fase atual seria o progresso técnico poupador de capital. Nesse caso, como demonstrado pelo autor, não se confirmaria a tendência declinante da taxa de lucro.

Para demonstrar, nesse contexto, que o tipo de progresso técnico terá uma influência decisiva sobre a tendência da taxa de lucro, admite-se que m é constante (portanto $\Delta Y / Y = \Delta R / R = \Delta W / W$) e a economia é fechada e sem governo ($Y = R + W$).¹¹ Ademais, admitem-se três modalidades de progresso técnico de acordo com a evolução da “produtividade do capital” (ou, alternativamente, a relação produto-capital), a saber:

- i) progresso técnico dispendioso de capital (ou mecanização): aquele no qual a relação produto-capital é decrescente, na medida em que a taxa de crescimento do capital é superior à do produto;
- ii) progresso técnico neutro: definido como aquele no qual as taxas de crescimento do produto e do capital são idênticas, de tal sorte que a relação produto-capital não se altera;
- iii) progresso técnico poupador de capital: definido como aquele no qual a taxa de crescimento do produto é superior à taxa de crescimento do capital, o que implica que a relação produto-capital é crescente.

Quando o progresso técnico é dispendioso de capital, a relação capital-produto tende a baixar, já que esse tipo de progresso consiste na mera substituição de trabalho por capital, sem que haja novo progresso técnico e, portanto, barateamento na própria produção de bens de capital ($Y / K \downarrow$). Formalmente (considerando m constante), tem-se que:

$$\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta W}{W} < \frac{\Delta K}{K} \Rightarrow \frac{K}{W} \uparrow \text{ e } \frac{R}{K+W} \downarrow \quad (6)$$

ou seja, a composição orgânica do capital é crescente e a taxa de lucro decrescente.

Segundo Bresser-Pereira (1986), Marx geralmente pressupõe esse tipo de progresso técnico e, por isso, previa a redução da relação

¹¹ Essas hipóteses não são estritamente necessárias para realizar tal demonstração.

produto-capital ou a elevação da composição orgânica do capital e, em consequência, a inevitabilidade da queda da taxa de lucro. Assim, ressalta o autor, embora viável teoricamente (teria ocorrido na Revolução Industrial), esse tipo de progresso técnico não parece verificar-se na história do século atual, já que a relação produto-capital não tem se revelado decrescente.

Com o avanço da industrialização, o progresso técnico passa a se concentrar na substituição de máquinas menos eficientes por máquinas mais eficientes (mais baratas), de tal forma que o progresso técnico médio da economia vai deixando de ser dispendioso de capital para se tornar neutro e, em seguida, poupador de capital. Nesse caso, o barateamento do capital é suficientemente grande para determinar uma elevação da relação produto-capital ($Y/K \uparrow$). Assim,

$$\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta W}{W} > \frac{\Delta K}{K} \Rightarrow \frac{K}{W} \downarrow \text{ e } \frac{R}{K+W} \uparrow \quad (7)$$

ou seja, a composição orgânica do capital será decrescente; e a taxa de lucro, crescente.

Para melhorar a compreensão implícita na Expressão (7), reescreve-se a composição orgânica do capital (LIMA, 2004) como:

$$c = \frac{P_k k}{wL} = \frac{K}{L} \quad (8)$$

sendo w a taxa de salário, L o número de horas trabalhadas, k as quantidades físicas de máquinas, e P_k o valor de uma unidade de capital em termos de trabalho vivo e cristalizado utilizado em sua produção.

Considerando a hipótese de progresso técnico poupador de capital (realidade presente), quando as máquinas antigas são substituídas por máquinas mais novas com P_k menor, a produção será realizada de forma mais eficiente. Assim, substituindo a Equação (8) na Equação (4), tem-se:

$$r = \frac{m}{c+1} = \frac{m}{\frac{P_k k}{wL} + 1} \quad (9)$$

Observa-se que, supondo uma inovação poupadora de capital, ou seja, um aumento de k , o valor de K poderá não aumentar ou mesmo cair, se P_k diminuir. Considerando a hipótese inicial (m constante), a taxa de lucratividade pode permanecer constante (caso em que $\uparrow\Delta k = \downarrow\Delta P_k$) ou mesmo aumentar (caso em que $\uparrow\Delta k < \downarrow\Delta P_k$).

Os resultados anteriores, quais sejam, os efeitos sobre a lucratividade, dependem também da distribuição funcional da renda. Nesse contexto, uma taxa de lucro crescente em longo prazo não parece uma suposição realista. Assim, para que a taxa de lucro possa se tornar constante, é necessário abandonar a hipótese de constância da taxa de mais-valia e imaginar um processo de desconcentração de renda, com os salários crescendo mais rapidamente que os lucros. Nesse caso, duas relações devem ser observadas: i) a dependência da composição orgânica do capital em relação à taxa de salários e ao tipo de progresso técnico; e ii) a relação entre progresso técnico, os salários e a taxa de lucro.

Bresser-Pereira (1986) demonstra, com base nessas relações, que não há qualquer razão para se afirmar de forma inequívoca que a tendência da composição técnica ou relação capital-trabalho será sempre crescente. Portanto, qualquer inferência sobre a tendência declinante da taxa de lucro a partir de uma tendência crescente da composição orgânica do capital é "apressada". Ademais, com base nessas relações, o autor demonstra que, se o progresso técnico for poupador de capital, a taxa de salários poderá crescer a um ritmo superior ao aumento da produtividade e, assim, a taxa de lucros poderá permanecer constante.

Esse resultado é, conforme destacado pelo autor, um dado extremamente importante na história do desenvolvimento capitalista. A elevação da taxa de salários é a reivindicação fundamental dos trabalhadores, enquanto a manutenção da taxa de lucros é a condição de sobrevivência dos capitalistas.

Através do progresso técnico ambos os objetivos podem teoricamente ser alcançados, e na prática veremos que passaram a ser alcançados a partir da segunda metade do século passado nos países centrais. Esse fato será essencial para explicar a relativa estabilidade política desses países. A luta de classes continua a ser fundamental, mas encontra uma solução relativamente satisfatória para ambas as partes no processo de acumulação acompanhado de progresso técnico neutro ou, se possível, poupador de capital. (BRESSER-PEREIRA, 1986, p. 55).

Na seção seguinte, demonstrar-se-á como o autor, ao ampliar a análise clássica do crescimento econômico e da distribuição, fazendo a taxa de salário endógena, consegue articular dentro desse arcabouço teórico uma abordagem original que permite incorporar na análise a reivindicação dos trabalhadores e a condição de sobrevivência dos capitalistas.

Determinação salarial e distribuição funcional da renda: a contribuição de Bresser (II)

No capítulo VIII de *Lucro acumulação e crise*, Bresser-Pereira (1986) analisa o comportamento de longo prazo da taxa de salários. Diferentemente das teorias clássicas e marxistas, o autor assume que a força de trabalho é uma mercadoria que se diferencia das demais dado seu poder de barganha política e sindical, que lhe permite aumentar sistematicamente seus salários reais à medida que aumenta a produtividade.

A teoria clássica dos salários estava baseada na ideia de que o trabalho era uma mercadoria como qualquer outra, cujo preço deveria basicamente corresponder ao seu valor. De acordo com essa teoria, a taxa de salários é determinada pelo custo de reprodução da força de trabalho, e a taxa de lucro é o resíduo. Pressupondo-se, como David Ricardo, que a produtividade da terra (e, afinal, do trabalho) seja decrescente, ou, como Marx, que a produtividade do capital (e, afinal, do trabalho) seja decrescente, a taxa de lucro seria decrescente. Se esse pressuposto deixasse de prevalecer, mantendo-se os salários aproximadamente constantes ou ligeiramente crescentes, a taxa de lucro poderia permanecer constante ou mesmo crescente, dependendo da taxa de aumento da produtividade (BRESSER, 1986, p. 124).

Na abordagem desenvolvida, a variável independente na distribuição de renda deixa de ser a taxa de salários, e a taxa de lucro deixa de ser o resíduo. Inversamente, agora é uma taxa razoável ou planejada de lucro a variável independente. Ou seja, a taxa de lucro em longo prazo passa a ser constante, ainda que essa estabilidade não seja resultado de nenhum caráter automático ou inerente ao sistema. São as diferentes estratégias ou fases da evolução capitalista que permitem assumir tal objetivo. Esse contexto seria compatível com as fases do desenvolvimento caracterizados pela presença de grandes empresas oligopolistas e pelo Estado Regulador.

A hipótese implícita na argumentação anterior é de que as empresas estabeleceriam uma espécie de taxa-objetiva de lucro, que seria determinada em termos históricos, de acordo com o que seus administradores e proprietários considerassem uma taxa satisfatória.¹²

Observa-se, assim, que a taxa de salários transforma-se em resíduo. Todavia, ela é perfeitamente especificada e crescerá a taxa que garanta, em longo prazo, uma taxa de lucro constante. Bresser-Pereira (1986, p. 127-128) demonstrou que essa taxa de crescimento será igual ao crescimento da produtividade se o progresso técnico for neutro, será menor que o crescimento da taxa de produtividade se o progresso técnico for dispendioso de capital, e maior se o progresso técnico for poupador de capital.

A partir da hipótese de estabilidade da taxa de lucro, é possível obter as implicações relativas tanto em relação à distribuição funcional da renda quanto em relação às taxas de salário. Para tanto, reescrever-se-á a participação do lucro no produto como segue (LIMA, 2004, p. 166):

$$\frac{R}{Y} = r \cdot \frac{P_k \cdot k}{Y} \quad (10)$$

em que: $R = r \cdot K$ e $K = P_k \cdot k$.

A partir da Equação (10), têm-se três alternativas para a distribuição da renda dependente do tipo de progresso técnico. Considerando r constante e um dado Y ;

- i) com progresso técnico dispendioso de capital (ou seja, com o aumento do valor de k , mantido P_k constante), para um dado r , $P_k \cdot k$ aumenta, aumentando também R/Y . No entanto, a condição para que r não se reduza (equação 4) é de que aumente a taxa de mais-valia. Logo, nesse caso haverá concentração da renda;
- ii) com progresso técnico neutro, o aumento do estoque de capital será acompanhado por um aumento de W , na mesma proporção de K . A taxa de lucro r permanecerá constante com a mesma taxa de mais-valia, uma vez que, por hipótese, c é constante. A distribuição funcional da renda permanecerá estável;
- iii) com progresso técnico poupador de capital, ou seja, se k aumentar, o valor de K poderá não aumentar, ou mesmo cair se P_k diminuir. Se isso acontecer, para r permanecer constante, a taxa de mais-valia deverá diminuir, pois c cairá em

¹² O autor reconhece que há problemas em se determinar qual seria o nível e mesmo o conceito dessa taxa-objetiva de lucro. Para uma crítica a essa interpretação, ver Alves dos Santos (1989).

função da queda do valor de k . Ocorrerá, nesse caso, uma redução da relação R/Y . Assim, a acumulação de capital poderia continuar ocorrendo com uma taxa de lucro considerada satisfatória (constante), com os salários absorvendo o aumento da produtividade e com uma redistribuição do produto a favor dos salários.

Com base no que foi apresentado até o momento, é possível, pois, de maneira sucinta, resgatar a originalidade proposta por Bresser-Pereira (1986) ao associar historicamente tipos de progresso técnico com fases da evolução capitalista (a ordenação sucessiva dos mesmos ao longo da história).¹³ Nesse caso, no quadro de desenvolvimento capitalista, destacavam-se quatro fases, a saber:

- i) a primeira fase incluiria a Revolução Comercial e a primeira Revolução Industrial, ou seja, de meados do século XVIII até 1815-1825. Essa fase seria caracterizada pelo progresso técnico do tipo “mecanização”, quando a taxa de salários (lucros) seria decrescente (crescente), com conseqüente concentração da distribuição funcional da renda;
- ii) a segunda fase, denominada Capitalismo Competitivo, estender-se-ia de 1815-1825 até 1870. Predominaria ainda a mecanização, e este “período marxista” seria caracterizado por uma taxa de lucros decrescente, taxa de salários estável e continuidade do crescimento da taxa de mais-valia (concentração de renda) e composição orgânica do capital;
- iii) o “Capitalismo Oligopolista”, que compreende a terceira fase, estender-se-ia de 1870 a 1945. Nesse período, predominou o progresso tecnológico neutro, sendo que a taxa de lucros, a distribuição funcional da renda e a composição orgânica do capital seriam estáveis, ao passo que a taxa de salários seria crescente segundo o aumento da produtividade da mão de obra;
- iv) a quarta e última fase, com origem em 1945, seria a de “Capitalismo Tecnoburocrático”. Ainda que de caráter provisório e especulativo, a análise empreendida ressaltou a predominância do progresso tecnológico poupador de capital. A taxa de lucros, a distribuição funcional da renda e a composição orgânica do capital seriam estáveis, mas a taxa de salários cresceria a um ritmo superior ao da produtividade da mão de obra.

13 Uma vantagem do modelo de Bresser é estabelecer condições realistas do crescimento das economias capitalistas ao não se limitar a casos extremos. Não é, portanto, semelhante nem ao modelo keynesiano (instável) do tipo Harrod-Domar, que supõe coeficiente fixo da relação capital-trabalho, tampouco ao modelo neoclássico do tipo Solow (sem qualquer instabilidade), para o qual esta flexibilidade é absoluta (LIMA, 2004, p. 162). Essas não seriam representações inadequadas do processo de acumulação de capital por se constituírem possibilidades particulares, ainda que coerentes.

Ciclos: a contribuição de Bresser (III)

Na quarta parte do livro, Bresser-Pereira (1986) analisa as causas do caráter cíclico do processo de acumulação capitalista.¹⁴ Nessa análise, integram-se a interpretação marxista com sua abordagem sobre os problemas estruturais na esfera da produção (longo prazo) e a interpretação keynesiana com suas contribuições na esfera da circulação (curto prazo), a fim de elaborar uma explicação para as flutuações econômicas. Tem-se, portanto, uma lógica que se distancia da ideia de reduzir a *verdade* a uma única explicação.

A análise empreendida identifica que, dentro da dinâmica capitalista, é possível distinguir três movimentos (ainda que estes se cruzem dialeticamente), em seus tempos respectivos, a saber: i) etapas seculares ou modelos de desenvolvimento em longo prazo; ii) ondas longas ou ciclos longos de Kondratieff; e iii) ciclos de Juglar ou simplesmente ciclos. As etapas seculares foram analisadas nas seções anteriores, e sua compreensão passa pela lei da tendência declinante da taxa de lucro. Já nos ciclos longos, o mais importante são as características estruturais do processo de acumulação, definidos principalmente em função dos pacotes de inovação e acumulação.¹⁵ Com duração de aproximadamente cinquenta a sessenta anos, esses ciclos se distinguem dos modelos de desenvolvimento a longo prazo (etapas) por serem flutuações industriais enquanto as últimas são tendências seculares.

Não obstante a isso, o foco é a análise dos ciclos de Juglar (duração de oito a dez anos) realizada pelo autor. Segundo este, a teoria da inovação de Shumpeter não constitui explicação específica para esses ciclos, e a teoria da tendência declinante da taxa de lucro é inadequada para explicá-los porque, ao longo de sua duração, não há tempo suficiente nem para esgotar uma onda de inovação nem para elevar a composição orgânica do capital. Portanto, inicialmente é necessário retomar as contribuições básicas dadas por Marx para a análise desses ciclos decenais.

O cerne da contribuição de Marx está na ênfase dada ao problema da superprodução de capital, desencadeada quando as empresas percebem que a demanda efetiva é ou será insuficiente para dar vazão à sua produção. Ademais, é possível identificar três teorias complementares

14 A literatura tem dado pouca ênfase a essa contribuição e isso pode estar relacionado ao fato de que "Essa posição pode ser acusada de ecleticismo, na medida em que aproveita as contribuições de mais de uma teoria para a explicação das flutuações econômicas" (BRESSER PEREIRA, 1986, p. 207).

15 Embora Kondratieff já houvesse percebido que havia uma íntima correlação entre os ciclos longos e o desenvolvimento tecnológico, ele não chegou a desenvolver uma teoria explicativa para os mesmos. Foi Shumpeter, com sua teoria da inovação, que desenvolveu uma teoria sobre os ciclos longos (BRESSER PEREIRA, 1986).

(não necessariamente excludentes ou alternativas) para a explicação da crise: i) a tendência declinante da taxa de lucro; ii) a teoria do subconsumo, do qual é um dos aspectos a teoria da desproporção; e iii) a teoria do estrangulamento dos lucros devido ao esgotamento do exército industrial de reserva (BRESSER-PEREIRA, 1986, p. 192).

Bresser-Pereira (1986) ainda destaca que, para Marx, a *esfera da produção* é fundamental porque nela reina o valor. Mas a esfera da realização e da distribuição também é decisiva e possui suas leis próprias. Assim, no prazo do ciclo de Juglar, a queda da taxa de lucro, a superprodução e a crise estão diretamente relacionadas com as *condições de repartição*, ou seja, a forma pela qual se distribui a renda entre lucros e salários, entre acumulação e consumo, no processo de acumulação.

Ressalta-se que o subconsumo é uma tendência de curto prazo. Portanto, a contribuição de Keynes para essa análise, na esfera da circulação, é fundamental. Assim, para explicar as crises, no curto prazo, a teoria da insuficiência de demanda se completa com a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva e a elevação dos salários no auge do ciclo. Soma-se a isso a teoria de médio prazo do esgotamento das ondas de inovações e a teoria de longo prazo da tendência declinante da taxa de lucro, que devem ser dialeticamente consideradas.

Em outras palavras, o ciclo econômico depende fundamentalmente do equilíbrio entre a oferta e a procura agregadas e da luta de classes, enquanto os ciclos longos são explicados basicamente pelas ondas shumpeterianas de inovação, e as etapas de desenvolvimento pela tendência declinante da taxa de lucro e pela natureza das relações de produção. Portanto, para Bresser Pereira (1986, p. 223),

Tentar compreender, portanto, a reprodução ampliada do capital, o processo de acumulação capitalista e seus movimentos cíclicos sem levar em conta salários e lucros (distribuição) e consumo e investimento (realização) é perder a visão do processo econômico total.

Evidencia-se, assim, a contribuição do autor ao analisar os ciclos econômicos a partir de uma abordagem multicausal que integra elementos de distintas (mas complementares) teorias. Dessa abordagem ficam importantes lições de política econômica, especialmente no que se refere à necessidade de se levar em consideração as leis que regem a produção e a distribuição de bens ou, ainda, a necessidade de se entender a dinâmica cíclica da acumulação capitalista de longo prazo.

Salários, industrialização e desenvolvimento econômico

Com o objetivo de utilizar elementos da evolução histórica de países que concluíram um processo de revolução industrial, *Lucro, acumulação e crise* foi escrito tomando como referência o caso da Inglaterra, onde ocorreu inicialmente a Revolução Industrial, ainda que, com alguns ajustamentos, segundo seu autor, a análise possa ser também aplicada a outros países centrais, como os Estados Unidos, a França e a Alemanha.

Com efeito, é possível empreender a análise efetuada na referida obra para entender o processo de desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento. Mais especificamente, para analisar a relação entre salários, desenvolvimento e industrialização. Isso é feito no capítulo intitulado “Salários e Desenvolvimento” do livro “*Structuralist Development Macroeconomics*” (BRESSER PEREIRA et al., 2014).

Partindo da ideia de que desenvolvimento econômico implica elevação salarial e melhoria dos padrões de vida, os autores mostram que, no curto prazo, os salários flutuam de acordo com a oferta e a demanda de mão de obra e de acordo com a capacidade de barganha dos trabalhadores, enquanto, no longo prazo, eles são determinados pelo custo de reprodução da força de trabalho, pelo menos, enquanto existir oferta ilimitada de mão de obra. Esse custo de reprodução é determinado pelas condições sócio-históricas prevalentes no país (em grande parte determinado por convenções).

Ademais, resgatando os diferentes tipos de progresso técnico (ver seção 3), argumenta-se que, depois da Segunda Guerra Mundial, os salários cresceram a uma taxa superior à do crescimento da produtividade sem que a margem de lucro satisfatória estivesse sendo afetada. Assim, pela primeira vez na história do capitalismo, os índices de desigualdade caem de forma consistente por duas ou três décadas. Entretanto, a partir de meados dos anos 1970, os salários reais nesses países passaram a crescer menos que a produtividade, e a renda novamente se concentra, não obstante o tipo de progresso técnico não ser mais caracterizado pela “mecanização”. A justificativa para o comportamento dos salários pós-1970 deve-se à pressão sobre eles causada pela competição proveniente dos países em desenvolvimento e pela imigração para os países ricos.

O ponto central da análise é a identificação de que, para os países em desenvolvimento, o estágio de evolução dos salários em nível semelhante ou superior ao da produtividade pode terminar não ocorrendo, já que eles enfren-

tam o imperialismo industrial dos países que se desenvolveram originalmente. Ou seja, é necessário considerar que suas revoluções capitalistas (desenvolvimento industrial) ocorreram em momentos históricos diferentes.

Além da pressão internacional (imperialismo), é necessário, ainda, admitir que, nesses países em desenvolvimento, o problema da oferta ilimitada da mão de obra também se manifesta. Associadas a isso existem certas especificidades, como, por exemplo, a presença de uma estrutura produtiva dual (setores atrasados convivem com outros mais modernos). Nesse contexto, no início do processo de desenvolvimento, os salários são baixos porque a produtividade é reduzida, existe excesso de oferta de trabalho e a produção é realizada com baixo valor agregado.

A fase posterior de desenvolvimento nesses países ocorre quando se aproveita a disponibilidade de recursos naturais abundantes e baratos para produzir e exportar *commodities*. No entanto, convém considerar que os salários médios que esse setor paga são muito baixos e não aumentam na mesma proporção da produtividade, porque os empresários se aproveitam do excesso de mão de obra associada ao setor atrasado.

Em seguida, realizada a acumulação primitiva, a próxima fase do desenvolvimento passa a depender do investimento realizado por capitalistas industriais. Nesse período, em um primeiro momento, o problema da demanda é resolvido pela estratégia de substituição de importações, ao mesmo tempo que se concentra a renda. Essa concentração está associada ao fato de a indústria instalada ser capital intensiva, o que não elimina a oferta ilimitada de mão de obra.

A continuidade do ciclo de expansão industrial baseado no processo de substituição de importações é limitada porque tal modelo implica redução da eficiência produtiva. Assim, em um segundo momento, esgotado esse processo, surge o problema da insuficiência de demanda.¹⁶ Os empresários podem ter lucros elevados porque pagam salários baixos, mas não há demanda interna suficiente. Essa insuficiência tende a se manter dada a oferta ilimitada de mão de obra e dado que os salários crescem menos que a produtividade.

Observa-se que, na fase inicial da industrialização, esse problema não é sentido com tanta força, porque, devido às expectativas de lucro elevadas, os empresários industriais tendem a investir fortemente, o que acaba por criar demanda interna – uma demanda que provém não tanto

¹⁶ Na quarta parte do livro de Bresser Pereira (1986), *Lucro, acumulação e crise*, intitulada *Ciclos e Crise*, esse e outros pontos são aprofundados.

da classe trabalhadora, mas da classe média profissional (tecnoburocrática) que surge com a industrialização¹⁷ (BRESSER PEREIRA et al., 2014).

Contudo, essa estratégia também tem alcance limitado, primeiro porque requer a concentração ainda maior da renda e, segundo, porque a capacidade da classe média alta de absorver toda a produção que resultaria da utilização de toda a capacidade produtiva, ou da parcela que seria suficiente para gerar uma receita satisfatória aos empresários, é limitada. O problema da insuficiência de demanda permanece agravado pelo excesso de oferta (ou melhor, pela capacidade produtiva ociosa).

A partir desse ponto, as taxas de crescimento caem e a diversificação produtiva perde força. Neste cenário, as margens de lucro são elevadas, mas o reduzido patamar da demanda agregada é insuficiente para estimular os empresários a investirem em uma magnitude que viabilize a absorção rápida do excedente de mão de obra. Para continuar a crescer e a se industrializar, o país não pode mais contar apenas com a demanda interna protegida.

Existem, assim, três alternativas para dar continuidade ao crescimento: i) exportar os bens manufaturados cuja tecnologia o país domine; ii) adotar uma política de aumento de salários reais para garantir a demanda interna, principalmente de salário mínimo, embora a mesma seja limitada pela taxa de lucros dos empresários; e iii) aumentar os investimentos e os gastos sociais, que implicam o aumento indireto dos salários.

A segunda fase do processo de revolução capitalista está associada ao êxito na primeira das alternativas do parágrafo anterior. Completada essa fase, o país se torna de renda média e, durante algum tempo, sua competitividade internacional continua a ser beneficiada pela oferta ilimitada de mão de obra que continua a rebaixar os salários. Mas, em decorrência do processo de industrialização e dos movimentos demográficos a ele associado, esse excesso de oferta de mão de obra esgota-se e o crescimento insuficiente da demanda interna, devido à tendência dos salários crescerem menos que a produtividade, deixa de ser um obstáculo ao desenvolvimento.

Como ressaltado, esse parece ser o processo que ocorreu no Brasil nos anos 2000. A partir de então, os salários passam a crescer com a produtividade, e o mercado interno volta a ter um papel decisivo no desenvolvimento econômico.

17 A oferta de trabalho técnico e administrativo que a classe profissional detém não é ilimitada. Assim, em geral, seus ordenados crescem compensando do ponto de vista da demanda o crescimento insuficiente dos salários. A fonte de demanda interna passa para as classes médias atendidas pela produção de consumo de luxo, principalmente automóveis e outros bens duráveis. Para detalhes sobre o surgimento de uma classe tecnoburocrática, ver Bresser-Pereira (1977, 1986).

Considerações finais

Resgatar as contribuições de Bresser-Pereira sobre o tema crescimento, distribuição funcional da renda e tendência à queda da taxa de lucro permite avançar na compreensão da importância histórica do processo de acumulação de capital. Assim, ao reexaminar as relações entre desenvolvimento econômico, progresso tecnológico e distribuição funcional da renda, é possível identificar diferentes implicações políticas, sociais e econômicas envolvidas nesse processo.

A reversão do modelo clássico, onde o resíduo no processo de distribuição passa a ser o salário e onde se define uma taxa-objetiva de lucro, considerada satisfatória por seus administradores e proprietários, por exemplo, incorpora elementos de economia política (como a noção de poder) que são indispensáveis tanto do ponto de vista explicativo quanto na avaliação de qualquer análise historicamente considerada. Em outras palavras, é preciso levar em consideração que o processo de acumulação é conduzido mediante relações sociais de produção. Identificar essas relações e compreender sua dinâmica é fundamental.

Em síntese, finaliza-se este capítulo ressaltando a importância tanto acadêmica quanto no âmbito da política econômica do debate sobre a teoria do valor e sobre a dinâmica da acumulação e distribuição capitalista. Assim, em um contexto em que prevalece a consulta a materiais secundários e livros-texto (manuais) de utilidade duvidosa, a leitura de alguns clássicos como *Lucro, Acumulação e Crise* (1986) deve ser estimulada, ainda mais quando tema de tamanha relevância é tratado com ecletismo e originalidade.

Referências bibliográficas

ALVES DOS SANTOS, A. C. A inversão da teoria clássica dos salários. *Revista de Economia Política*, v. 9, n.1, p.83-88, 1989.

ARAÚJO, F. A. de. Progresso técnico e distribuição de renda: a interpretação de Luiz Carlos Bresser-Pereira. *Revista de Economia Política*, v. 14, n 1, p.147-157, 1994.

BOVO, J. M. A controvérsia sobre a lei de tendência decrescente da taxa de lucro. *Perspectivas*, São Paulo, n. 5, p. 89-96, 1982.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção. *Estudos CEBRAP*, n. 21, p.77-109, 1977.

- _____. *Lucro, acumulação e crise*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Modelo clássico, progresso técnico e distribuição*. São Paulo: FGV, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. et al. *Developmental macroeconomics: new developmentalism as a growth strategy*, London: Routledge, 2014.
- COGOY, M. The falling rate of profit and the theory of accumulation. *International Journal of Political Economy*, v. 17, n. 2, p.54-74, 1987.
- CUNHA, J. A. R da. Dezoito anos depois de lucro, acumulação e crise: uma análise sobre desenvolvimento econômico, progresso tecnológico e distribuição. *Revista de Economia Política*, v. 24, n.4, p.602-619, 2004.
- FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. Implosão financeira e estagnação: de volta à economia real. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 24, p.7-40, 2009.
- HARROD. R. An essay in dynamic theory. *Economic Journal*, v. 49, n.193, p. 14-33, 1939.
- KLIMAN, A. *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession*. Londres: Pluto, 2012.
- LIMA, L. A. de O. Progresso técnico, crescimento e distribuição. In: NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. (Org.). *Em busca do novo: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.161-172.
- MANTEGA, G. A lei da taxa de lucro: a tendência da queda ou a queda da tendência? *Estudos CEBRAP*, n. 16, p. 25-35, 1976.
- MARX, K. *Salário, preço e lucro*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- OKISHIO, N. Technical changes and the rate of profit. *Cambridge Journal of Economics*, v. 5, p. 183-186, 1981.
- PRADO, E. F. S. Lei de Marx: Pura lógica? Lei empírica? *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 37, p. 119-142, 2014.
- SOLOW, R. A Contribution to the theory of economic growth. *Quartely Journal of Economics*, v. 70, p. 65-94, 1956.
- SWEEZY, P. M. Some problems in the theory of capital accumulation. *International Journal of Political Economy*, v.70,n.1 p.33-58, jun. 1987.